

ABEL RODRIGUES

DIREITO DA SEGURANÇA SOCIAL

NOVACAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

DIREITO DA SEGURANÇA SOCIAL

Título

Direito da Segurança Social

Autor

Abel Rodrigues

Editor

NovaCausa

Edições Jurídicas

NOVA CAUSA

EDIÇÕES JURÍDICAS

Braga, Portugal

www.novacausa.net

ISBN

978-989-54812-7-9

Design

Vitor Duarte

vitorduartedesign.blogspot.com

Impressão e Acabamento

Manuel Barbosa & Filhos, Lda

© 2020, outubro

NovaCausa, Edições Jurídicas

A reprodução, total ou parcial, desta obra, por fotocópia ou qualquer outro meio, mecânico ou electrónico, sem prévia autorização dos autores e do editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

ABEL RODRIGUES

DIREITO DA SEGURANÇA SOCIAL

NOVA CAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

Índice

Nota introdutória 9

Capítulo I – Os fundamentos do direito da segurança social 11

1. O direito à segurança social como uma conquista
civilizacional 13

2. A proteção social por instituições religiosas 14

3. A proteção social na sociedade liberal do século XIX 18

4. O Estado social e a proteção social no século XX 35

5. O direito à segurança social na Constituição portuguesa
de 1976 52

6. A escassez de recursos financeiros e a necessidade de reforma
de proteção social 61

7. A busca de um novo paradigma de proteção social 68

8. O Código dos Regimes Contributivos da Segurança Social
e a definição de um novo paradigma contributivo 77

**Capítulo II – As contingências protegidas no âmbito da
segurança social 83**

1. A sociedade de risco e a proteção social 85

2. A abrangência da proteção social 86

3. A reparação das contingências protegidas	88
4. O acesso a prestações sociais	88
5. A proteção social de pessoas que circulam na União Europeia	90

Capítulo III – A proteção social nos acidentes de trabalho

e nas doenças profissionais	101
1. O âmbito de proteção nos acidentes de trabalho	103
2. O conceito de acidente de trabalho	105
3. A proteção na doença profissional	111
4. O direito a prestações por acidente de trabalho ou doença profissional	114
5. A garantia de prestações por acidente de trabalho e doenças profissionais a interessados que tenham estado sujeitos à legislação de mais que um Estado-membro	118
6. O direito à proteção na saúde	121
6.1. A garantia de cuidados médicos	124
6.2. A atribuição de subsídio de doença	124
6.3. A proteção da saúde no local de trabalho	125
6.4. A garantia de prestações de saúde a interessados que estiveram sujeitos à legislação de mais que um Estado-membro	127
7. A proteção na incapacidade	133
7.1. O direito à prestação de invalidez	135

7.2. garantia de prestação por invalidez a interessados que tenham estado sujeitas à legislação de mais que um Estado-membro da União Europeia	137
--	-----

Capítulo IV – A proteção no desemprego 141

1. O direito a proteção no desemprego	143
---	-----

2. O direito ao trabalho	150
--------------------------------	-----

3. As prestações de desemprego como compensação pela perda de posto de trabalho	154
---	-----

4. Medidas de proteção de desemprego e de solidariedade social na União Europeia	161
--	-----

5. Direito à proteção no desemprego a desempregados que tenham estado sujeitos à legislação de mais que um Estado-membro	165
--	-----

Capítulo V – A proteção na velhice 169

1. A proteção na velhice	171
--------------------------------	-----

2. O direito a pensão de velhice	182
--	-----

2.1. O acesso à pensão de velhice	191
---	-----

2.1.1. A pensão antecipada por desemprego de longa duração	191
--	-----

2.1.2. A pensão de velhice antecipada pelo regime de flexibilização de idade	192
--	-----

2.1.3. A pensão de velhice antecipada por carreiras contributivas muito longas	192
--	-----

3. A proteção social na velhice a trabalhadores sem carreira contributiva	194
4. O direito a pensão por velhice ou sobrevivência a trabalhadores que tenham estado sujeitos à legislação de mais que um Estado-membro	196
Capítulo VI – A proteção da família	201
1. O direito a prestações familiares	203
2. O direito a proteção de sobrevivência	203
3. A proteção nas responsabilidades familiares	204
4. O direito de acesso a prestações familiares numa sociedade de base humanista	206
5. A proteção de crianças e jovens em risco	208
6. A proteção na deficiência	211
7. O direito a prestações por morte e sobrevivência	213
8. O direito à proteção social na parentalidade	216
9. O direito a prestações familiares a interessados que tenham estado sujeitos à legislação de mais que um Estado-membro	223
10. O direito a um mínimo vital	226
11. Medidas de solidariedade na União Europeia	231
Bibliografia	237

Nota introdutória

Neste livro, o objeto de estudo, centra-se no âmbito do direito da segurança social. Esta área de conhecimento tem sido relativamente ignorada pelo mundo académico, embora tenha uma enorme relevância prática e teórica. O direito da segurança social acompanha o homem desde do nascimento até à morte. A segurança social garante a atribuição de prestações para compensar a família pelo nascimento de uma criança. São atribuídas prestações sociais na infância, na adolescência e na juventude. Estas prestações visam apoiar as famílias no financiamento da formação das novas gerações. Na idade ativa, o cidadão terá de efetuar descontos obrigatórios para a segurança social, visando a proteção na doença, no desemprego e o acesso a uma pensão por incapacidade ou por velhice. Quando atingir uma determinada idade estatutária, o cidadão terá direito a uma pensão de reforma.

Na literatura jurídica portuguesa são escassos, ou mesmo inexistentes, os estudos e as publicações, no âmbito da segurança social. Este livro vem preencher uma lacuna existente na literatura jurídica portuguesa.